

MUNICÍPIO DE ÁGUEDA**Aviso n.º 5440/2019****Lista Unitária de Ordenação Final dos candidatos**

No âmbito dos procedimentos concursais, com caráter excecional, abertos sob o Aviso n.º 7770/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série — n.º 111 — 11 de junho de 2018, para o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho para a carreira/categoria de Assistente Operacional — Coveiro (Referência A), 2 (dois) postos de trabalho para a carreira/categoria de Assistente Operacional — Operador de Máquinas (Referência B), 5 (cinco) postos de trabalho para a carreira/categoria de Assistente Operacional — Jardineiro (Referência D), 3 (três) postos de trabalho para a carreira/categoria de Assistente Operacional — Pedreiro (Referência E), 5 (cinco) postos de trabalho para a carreira/categoria de Assistente Operacional — Cantoneiro (Referência F), 2 (dois) postos de trabalho para a carreira/categoria de Assistente Operacional — Eletricista/Canalizador (Referência G) e 2 (dois) postos de trabalho para a carreira/categoria de Assistente Operacional — Higiene Pública (Referência H), previstos e não ocupados no mapa de pessoal da Câmara Municipal de Águeda (CMA), na modalidade de relação jurídica de emprego público a constituir por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, notificam-se os candidatos do seguinte:

1 — Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril (doravante designada por Portaria), as listas unitárias de ordenação final dos candidatos aprovados e excluídos, resultantes da aplicação dos métodos de seleção, foram homologadas por despacho do Ex.º Senhor Presidente da Câmara, Enf. Jorge Almeida, datado de 12/03/2019, encontram-se afixadas em local visível e público das instalações da CMA e disponibilizadas na página eletrónica da mesma, em www.cm-agueada.pt (Município/Recursos Humanos/Procedimento Concurrais/Após fase de candidatura);

2 — Assim, nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 36.º da Portaria, considera-se, desta forma, notificados os candidatos do ato de homologação das listas unitárias de ordenação final;

3 — Mais se informa que do despacho de homologação pode ser interposto recurso hierárquico nos termos do artigo 39.º da Portaria.

12 de março de 2019. — A Vereadora, *Dr.ª Elsa Corga*.

312135447

MUNICÍPIO DE AGUIAR DA BEIRA**Aviso n.º 5441/2019**

Joaquim António Marques Bonifácio, presidente da Câmara Municipal de Aguiar da Beira, torna público que, a Câmara Municipal de Aguiar da Beira, em sua reunião de 30 de janeiro de 2019, deliberou, por unanimidade, apresentar para apreciação da Assembleia Municipal o relatório sobre o estado de ordenamento do território do concelho de Aguiar da Beira, que, por unanimidade, o aprovou, sendo agora submetido, nos termos do previsto no n.º 5 do artigo 189.º do regime jurídico de coordenação dos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT) a um período de discussão pública pelo período de 30 dias, prazo que se inicia no dia seguinte ao da publicação na 2.ª série do *Diário da República* desta declaração.

O relatório encontra-se disponível na página da internet do Município de Aguiar da Beira em <https://www.cm-aguiardabeira.pt/index.php/planeamento-obras/ordenamento-do-territorio/relatorios-do-estado-do-ordenamento-do-territorio>.

Durante o período de participação poderão os interessados dirigir por escrito as suas contribuições ao Presidente da Câmara Municipal, Av. da Liberdade, n.º 21, 3570-018 Aguiar da Beira, ou para o endereço eletrónico discussao publica@cm-aguiardabeira.pt.

A presente declaração será ainda publicada na plataforma do governo na internet “Participa”.

21 de fevereiro de 2019. — O Presidente da Câmara Municipal, *Joaquim António Marques Bonifácio*.

312092752

MUNICÍPIO DE ALBERGARIA-A-VELHA**Aviso (extrato) n.º 5442/2019****Procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 3.º grau — Unidade de Atividades Económicas e Desenvolvimento Local**

Considerando que chegou ao fim o procedimento concursal para provimento do cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau — Chefe da Unidade de Atividades Económicas e Desenvolvimento Local, desta Câmara Municipal, aberto por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 20.12.2017 e publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 104, de 30 de maio de 2018, no “Jornal de Notícias” e no Jornal “Público” de 31.05.2018 e na BEP, no dia 01.06.2018;

Considerando que o júri propôs, finda a aplicação dos métodos de seleção, a designação da candidata Sandra Cristina Martins de Figueiredo para aquele cargo;

Considerando que nos termos do n.º 9, do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação e do artigo 23.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, também na sua atual redação, os titulares de cargos de direção intermédia das Câmaras Municipais são providos por despacho do Presidente da Câmara, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo;

Nos termos do n.º 11, do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, adaptada à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, também na sua atual redação, torna-se público que foi designada, por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datado de 13 de março de 2019, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação e do artigo 23.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, também na sua atual redação, para o cargo de Chefe da Unidade de Atividades Económicas e Desenvolvimento Local da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha a Técnica Superior do mapa de pessoal desta autarquia, Sandra Cristina Martins de Figueiredo, com efeitos à data do referido despacho.

Nota curricular

Nome: Sandra Cristina Martins de Figueiredo.

Data de Nascimento: 01 de outubro de 1978.

Formação Académica: Licenciatura em Economia

Experiência Profissional:

16.07.2004 — admissão com a categoria de Técnica Superior (Economia), na modalidade de contrato a termo resolutivo certo (área financeira; candidaturas);

22.02.2008 — Ingresso para o quadro de pessoal privativo do município com a categoria de Técnica Superior de 2.ª Classe (área financeira; candidaturas);

01.01.2014 — Coordenação do Serviço de Atividades Económicas, Empreendedorismo e Turismo;

15.09.2017 até à data — Chefe da Unidade de Atividades Económicas e Desenvolvimento Local em regime de substituição.

Formação Profissional Relevante:

Qualificação dos Profissionais da Administração Público-Local, do POPH — Gestão e Administração; Avaliação e Preservação Digital; Código de Procedimento Administrativo; Capacitação de Agentes para o Empreendedorismo; Educação Empreendedora; Curso Gestão Documental e Arquivo para Autarquias Locais; Ciências da Informação e da Documentação; Turismo e Património Cultural; Conferência Internacional Território, Criatividade e Regeneração Urbana; Turismo e Património Cultural: Oportunidades e Desafios; Elaborar Candidaturas QREN; Auditores Internos; Gestão de Informação e Propriedade Intelectual em Arquivos; Formação Profissional de Gestão de Sistemas de Gestão da Qualidade e de Auditores Internos; Implementação Prática do SIADAP nas Autarquias Locais.

13 de março de 2019. — A Vereadora, *Sandra Isabel Silva Melo Almeida*.

312143652

Declaração de Retificação n.º 295/2019

Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público, para preenchimento de 5 postos de trabalho do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha.

Para os devidos efeitos declara-se que o aviso n.º 3421/2019, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 44, de 04.03.2019, relativo à

abertura de procedimentos concursais para preenchimento de 5 postos de trabalho da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha contém a seguinte inexistência, que se retifica:

Onde se lê:

«2 — Nível habilitacional exigido e área de formação académica ou profissional:

Concurso a) Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica ou área compatível»

deve ler-se:

«2 — Nível habilitacional exigido e área de formação académica ou profissional:

Concurso a) Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica ou área compatível e inscrição na Ordem dos Engenheiros ou dos Engenheiros Técnicos e na Direção Geral de Energia»

O prazo de candidaturas para o concurso com a Referência A — 1 posto de trabalho de Técnico Superior (Engenharia Eletrotécnica ou área compatível) será alargado até 10 dias úteis após a publicação da presente retificação no *Diário da República*.

13 de março de 2019. — A Vereadora, *Sandra Isabel Silva Melo Almeida*.

312138322

MUNICÍPIO DE ALCÁCER DO SAL

Aviso n.º 5443/2019

Publicação da lista unitária de ordenação final

No uso das competências que me foram delegadas pelo Despacho n.º 048/GAP/2017, e nos termos do n.º 6, do artigo 36.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que foi homologada, no passado dia 28 de fevereiro, a lista unitária de ordenação final dos candidatos, relativa ao procedimento concursal comum na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para ocupação de dois postos de trabalho na carreira e categoria de técnico superior (área de comunicação social), para o desempenho de funções no Gabinete de Informação e Relações Públicas, aberto por aviso n.º 2317/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 36, de 20 de fevereiro de 2018.

A lista unitária de ordenação final encontra-se publicada no site do Município de Alcácer, em www.cm-alcacerdosal.pt e afixada em local visível e público do Edifício dos Paços do Concelho.

14 de março de 2019. — O Vereador dos Recursos Humanos, *Nuno Miguel Besugo Pestana*.

312142753

Despacho n.º 3567/2019

Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23 de outubro, torna-se público que, nos termos do artigo 6.º do referido diploma legal, a Assembleia Municipal, em sessão realizada em 25 de janeiro de 2019, aprovou sob proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de 27 de dezembro de 2018, a Estrutura Orgânica flexível da Câmara Municipal de Alcácer do Sal, cujas atribuições e competências, são as que constam do Anexo A do presente despacho, que corresponde ao regulamento de organização dos serviços. Faz-se também público o Organograma da Câmara Municipal de Alcácer do Sal, constante do Anexo B do presente despacho.

ANEXO A

Estrutura Orgânica da Câmara Municipal

Preâmbulo

A Câmara Municipal de Alcácer do Sal, por força do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, procedeu à reorganização dos seus serviços, aprovando na Assembleia Municipal de 22 de dezembro de 2011 a Estrutura Orgânica da Câmara Municipal, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5, de 06 de janeiro de 2012, atualmente em vigor.

Na atual conjuntura, as organizações, bem como os cidadãos, são diariamente impelidos a reformular a sua visão da realidade social e

organizacional e a adaptar-se às novas regras e exigências com que a evolução que se altera de forma exponencial, se impõem e a reposicionar-se estrategicamente em cada momento, face a essas mudanças.

Nem sempre essa evolução se revela positiva, no que concerne ao respeito pelos cidadãos e pelas organizações e às opções estratégicas por estas definidas, a quem, muitas vezes são impostas regras que contrariam os projetos individuais e coletivos que perfilham.

A consolidação da autonomia do Poder Local Democrático, traduzida pela progressiva descentralização de atribuições, em diversas áreas de atuação, para as Autarquias Locais, pressupõe uma organização dos serviços autárquicos, que seja eficaz e célere para possibilitar uma melhor resposta às solicitações decorrentes das atribuições dos Municípios e competências dos órgãos municipais.

O Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, veio estabelecer o novo regime jurídico da organização dos serviços das Autarquias Locais. Nos termos do disposto no artigo 6.º do diploma legal acima mencionado, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar o modelo de estrutura orgânica e a estrutura nuclear, definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares, bem como definir o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, de subunidades orgânicas e de equipas de projeto, cumpridos que sejam as regras e critérios previstos na Lei.

A Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2017 revogou os artigos 8.º e 9.º da Lei n.º 49/2012, devolvendo, assim, a autonomia organizacional às autarquias locais, no sentido de permitir que estas adequem as suas estruturas orgânicas à realidade e diversidade das competências assumidas e tendo em conta as necessidades adequadas ao cabal e correto funcionamento dos serviços municipais.

Assim, a Câmara Municipal de Alcácer do Sal, procedeu à reorganização das suas estruturas internas e propôs à Assembleia Municipal a aprovação de uma estrutura alargada, na qual eram criadas novas unidades nucleares e orgânicas, bem como equipas multidisciplinares e de projeto, para que, gradualmente, tendo em conta o próprio desenvolvimento do Concelho, se fossem ocupando os lugares de dirigentes respetivos, descentralizando assim as competências e responsabilização, com vista a uma gestão mais moderna e abrangente, capaz de, através dessa responsabilização, envolver, de forma crítica e simultaneamente criativa, o conjunto dos trabalhadores da autarquia, potenciando essa mais-valia a favor do concelho e da sua população.

O presente Regulamento, que deverá balizar o funcionamento da organização, valorizando a vontade e o conhecimento dos recursos humanos do município, mantendo a prestação de um serviço público de qualidade como referência da atividade municipal, tem por objeto a definição da nova estrutura orgânica interna da Câmara Municipal de Alcácer do Sal, bem como das atribuições e competências das unidades orgânicas, nucleares, flexíveis, dos Gabinetes de Apoio e dos Gabinetes não integrados em unidades orgânicas.

Assim, e tendo em consideração os fundamentos supra expostos procede-se à alteração da estrutura interna dos serviços com a aprovação do presente Regulamento de Estrutura Orgânica da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto do artigo 241.º da Constituição República, das alíneas m) do n.º 1 do artigo 25.º, e k) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e em conformidade com as disposições do Decreto-Lei n.º 305/2009.

PARTE I

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Âmbito e Objeto

1 — O presente Regulamento estabelece os objetivos, a organização e os níveis de atuação dos serviços da Câmara Municipal de Alcácer do Sal, bem como os princípios que regem e define os níveis de direção e de hierarquia que articulam os serviços municipais e respetivo funcionamento.

2 — O presente Regulamento aplica-se a todos os serviços da Câmara Municipal.

Artigo 2.º

Objetivos

No âmbito das suas atribuições, os serviços municipais devem prosseguir os seguintes objetivos:

a) Promoção do interesse público, no respeito pelos direitos dos cidadãos e observando os princípios da eficiência, da desburocratização,